XII Congresso Brasileiro de História Econômica
&
13ª Conferência Internacional de História de Empresas

Niterói,
28, 29 e 30 de agosto
de 2017

Crise do Sistema Capitalista e Dívida Externa no Brasil

Júlio Cézar Oliveira de Souza

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Crise do Sistema Capitalista e Dívida Externa no Brasil

Júlio Cézar Oliveira de Souza[1]

Resumo
A discussão sobre a temática neoliberal, seu modus operandi em nível regional, nos remete a crise do petróleo de 1973. Este evento provocou mudanças do ponto de vista tecnológico (passagem da sociedade industrial para a da informação), o que implicou numa nova lógica de criação de valor, assim como permitiu a sobreposição do capital financeiro sobre o industrial, aumentando as taxas de exploração, uma vez que o capital creditício (ou especulativo) é apenas a expectativa de sua própria transformação em mercadoria. Nossa análise tenta articular essa conjuntura econômica à crise do sistema capitalista, utilizando como objeto de análise a dívida externa brasileira. Defendemos a ideia de que ocorre um recrudescimento do processo de exploração do centro em relação à periferia.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Dívida externa; Globalização; Empresários; Neoconservadorismo

Abstract
The discussion on the neoliberal issue, its modus operandi at regional level, reminds us of the oil crisis of 1973. This event caused changes from the technological point of view (transition from industrial to information society), implying a new logic of Creation of value, as well as allowing the overlap of financial capital over the industrial, increasing the rates of exploitation, since the credit capital (or speculative) is only the expectation of its own transformation into merchandise. Our analysis tries to articulate this economic conjuncture to the crisis of the capitalist system, using as object of analysis the Brazilian external debt. We defend the idea that there is an upsurge in the process of exploring the center in relation to the periphery.

Keywords: Neoliberalism; Foreign debt; Globalization; Businessmen; Neoconservatism

[1] Doutorando em História Social na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

A partir da década de 1970, atividade improdutiva exercida pelo capital bancário (e especulativo)avança sobre o processo de produção, desfazendo equilíbrio instituído em Bretton Woods, no qual investimento, emprego e produção formavam um círculo virtuoso. Era o fim do padrão dólar ouro e o início do dólar flexível.

O alto nível de endividamento dos países periféricos, neles incluindo-se o Brasil, teve seu clímax entre o final da década de 1970 e início da de 1980. O ponto-chave foi o aumento dos juros do título da dívida do tesouro americano em 1979. Isso diminui vertiginosamente o financiamento internacional, tornando o crédito mais caro, assim provocando a crise da dívida externa.

Tomando como pressuposto a crise encadeada em nível global, o desenvolvimento econômico seria pautado na resolução do problema da dívida. Em 1989, Plano Brady e o Consenso de Washington formulariam uma política econômica internacional visando garantir a hegemonia do capital financeiro, sob a tutela dos EUA.

O caminho da ideologia neoliberal

A Segunda Grande Guerra, vista de uma perspectiva econômica, foi resultante do recrudescimento de uma acelerada atividade de expansão e acumulação de capital, determinantes estruturais do capital (MÉSZÁROS, 2002, p.138). Ao limite, significou uma resposta à crise econômica de 1929, derivada de um processo de um processo de superprodução. O desequilíbrio entre oferta e demanda engendrou o acirramento da disputa de economias nacionais por mercado. Os imperativos do mercado (competição, expansão e acumulação) (WOOD, 2001, p.78) demarcaram e causaram desequilíbrio dentro do próprio sistema capitalista. A Grande Depressão e a experiência do nazi-fascismo colocaram sob suspeição o liberalismo econômico. O colapso de mecanismos econômicos, aqui estamos nos referindo ao padrão-ouro, demonstrava a quebra da hegemonia britânica no sistema internacional (BELLUZZO, 2012, p.97). Não foi à toa que antigas e novas potências emergentes, à época, protagonizaram o cenário do maior conflito armado da história da humanidade.

A partir de 1944, o equilíbrio do sistema capitalista, pelo menos na Europa, ocorre por meio de uma agenda social-democrata. Intervenção estatal a favor do pleno emprego, assim como o aumento de outras políticas públicas (distribuição de renda num regime fiscal progressivo); grandes empresas seguindo planos de crescimento,

dimensionando mercado e introduzindo inovações, e a liberalização de partidos políticos são exemplos de um novo ciclo de expansão do capital, a economia da demanda efetiva. Havia um círculo virtuoso entre gasto público, oferta de crédito barato, investimento privado e estabilidade financeira. A estabilidade econômica era dada pelo crédito dirigido à acumulação produtiva e pela regulamentação financeira, que visava a proteção dos bancos centrais em relação às instabilidades nos mercados de capitais.

O sistema de Bretton Woodds, cuja finalidade era resolver problemas críticos no sistema financeiro internacional, era a materialização do consenso sobre o novo modus operandi do capitalismo. Seu fulcro era dado pela criação de instituições financeiras globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Na conferência realizada em Bretton Woods ficara estipulado o padrão dólar-ouro, cujo funcionamento consistia na cotação fixa do dólar em ouro. Cada onça troy de ouro correspondia a 35 dólares. Os EUA deveriam manter suas reservas de ouro equivalentes ao montante de moeda nacional em circulação para o funcionamento do padrão dólar-ouro (LOURENÇO NETO, 2013, p.3).

Sob o ponto de vista conservador, a intervenção do Estado na economia era tida como deformação do liberalismo. Friedrich August von Hayek, publica em 1944, "O Caminho da Servidão", inaugurando a corrente de pensamento neoliberal. A crítica à intervenção do Estado na economia é preocupação central da obra. Hayek utiliza como base argumentativa dois exemplos de intervenção estatal, a de caráter fascista e o comunista. Segundo o autor, há um conflito entre as liberdades individuais e o coletivismo na medida em que se negam a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são autônomos (HAYEK, 1994, p. 75). Há um fatalismo ditatorial em sua concepção sobre o desenvolvimento econômico, enquanto em junção entre política e economia. Hitler, seria o exemplo notório de uma imposição de uma ordem econômica coletiva com a supressão da democracia. Utilizando como parâmetro a economia planejada, tinha a convicção de que a eficácia econômica estava na separação entre política e economia, que deveria ser confiada a especialistas, funcionários permanentes ou organismos autônomos e independentes (HAYEK, 1994, p. 80).

Nesse sentido, fazia a defesa da libertação das autoridades dos grilhões representados pela ordem democrática (HAYEK, 1994, p.83). Colocar a economia a parte das discussões políticas, dando autonomia a um determinado grupo de "especialistas", demonstra a defesa da liberdade que deveria ser dada ao capital. Isso

reforça a ideia de centrar as relações no mercado. Essa postura, de colocar a economia a parte das discussões políticas, ficará em evidência no Brasil, na década de 1970, quando as imposições do mercado passam a ser debatidas por uma espécie de insulamento burocrático, criado pelo governo militar. Em termos dialéticos, há uma inversão. Ocorre a coisificação dos sujeitos e a fetichização das relações humanas. Não há uma libertação das consciências individuais em prol de uma coletividade (MÉSZÁROS, 1979, p. 166), mas uma separação, um processo de individuação.

Ainda na década de 1960, os parceiros dos EUA perceberam que não havia como os americanos manterem o ritmo de importações e investimentos externos e ainda garantir ouro para lastrear o dólar. Houve pressões também da indústria norte-americana exigindo a desvalorização do dólar. Ou seja, esse padrão tornara-se inviável do ponto de vista econômico tanto no âmbito interno dos EUA, quanto no externo. Assim, no início da década de 1970, o padrão dólar-ouro seria cancelado pelo então presidente Nixon (LOURENÇO NETO, 2013, p.3). Sob o ponto de vista do processo de acumulação do capital, trata-se de uma fase de estagnação, na qual os juros são relativamente baixos, pois a demanda por dinheiro diminui em função da velocidade de circulação das mercadorias ser diferente da do próprio capital, daí a causa do desequilíbrio no sistema. Essa é a fase do ajuste tecnológico, de mudanças organizacionais e institucionais (HARVEY, 2013, p. 394).

Nessa conjuntura, o primeiro choque do petróleo é uma reação ao fim do padrão dólar-ouro. O preço do ouro foi liberado. O barril de petróleo em 1972 custava em média U$ 1,82, enquanto a onça de ouro equivalia a U$ 120 em 1973. Neste mesmo ano, após reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) o preço do barril disparou alcançando U$ 22. Embora não tão bem sucedida, a ocorrência do primeiro choque do petróleo vislumbrava restabelecer a relação anterior petróleo-ouro (LOURENÇO NETO, 2013, p.5). A crise do petróleo irrigou os bancos europeus de petrodólares. O dinamismo e crescimento de economias como as do Japão e Alemanha, induzidos pela Guerra Fria, tendo os EUA como articulador preferencial, entendido como necessário para a manutenção do crescimento do capitalismo, criou um grande déficit na balança comercial americana (FIORI, 2007, p.84).

Em 1979, o preço do ouro já estava em torno de U$ 600, houve o segundo choque do petróleo com a OPEP reduzindo as cotas de produção dos seus países membros e o preço do barril de petróleo alcançaria o valor de U$ 89, fato que se desdobrou numa recessão mundial, pois essa fonte de energia considerada barata no

início da década de 1970, em menos de 10 anos alcançou o teto histórico de seu valor de mercado. É a partir desse ponto, que nos remetemos novamente à liquidez no mercado financeiro mundial. Devido ao aumento substancial do preço do petróleo na década de 1970, os países produtores de petróleo passam a investir o excedente de capital no mercado financeiro, especialmente o europeu, esse fato refletiu na manutenção taxas de juros no mundo em torno de 2% com a canalização de petrodólares para bancos europeus. Essa taxa baixa de juros estimulou o endividamento, em especial de países de terceiro mundo, dentre eles o Brasil, para manter o chamado "milagre econômico" (LOURENÇO NETO, 2013 p. 7). O novo projeto imperial norte-americano se organizaria no sentido da desregulamentação financeira, abandonando o Sistema Bretton Woods, com a criação do sistema monetário do dólar-flexível, a partir das décadas de 1980/1990.

Os EUA articulam um forte expansionismo militar ao redor do planeta (iniciado na década de 1970, e intensificado com o fim da Guerra Fria, em 1991) articulado ao processo de desregulamentação do mercado de capitais, estrutural na defesa da doutrina neoliberal, com objetivo de provocar o crescimento econômico a partir de constantes déficits contraídos a partir de títulos de sua dívida pública. Entendemos que o valor (MARX, 2013, p.162) criado a partir da extração de petróleo e de processos produtivos de grandes potências (Alemanha e Japão, principalmente), foi revertido em crédito, ou seja, em forma de dívida pelos EUA em 1979, quando seu banco central aumentou os juros de forma substancial(BELLUZZO, 2012, p.103). Tal dívida, secou o mercado financeiro, obrigando os países da periferia a contrair dívidas com juros exponenciais, acarretando na crise da dívida externa da década de 1980. Em outras palavras, na prática era a exportação da dívida americana à periferia, cujas condições de competição, expansão e acumulação eram reduzidas em função de suas economias nacionais não serem capazes de conduzir um processo de acumulação de capital compatível com o de países centrais, principalmente no que toca o campo tecnológico, reestruturado a partir da década de 1970.

A desregulamentação financeira aliada aos novos processos tecnológicos tem o papel de diminuir o tempo de rotação sociamente necessário do capital (HARVEY, 2005, p. 135), tornando-o mais fluido. A extração de mais-valor se centraliza na cobrança de juros de títulos de dívida, exigindo uma maior quantidade de trabalho socialmente necessário para fins de pagamento que, por conseguinte, gera um novo tipo de dependência econômica, centrada no mercado de capitais. É a materialização do

ideário de Hayek, na qual as liberdades individuais, entenda-se liberdade do capital, não estão sob controle do Estado. Sua intervenção ocorre na medida em que proporciona um ambiente propício ao processo de acumulação. O Estado mudou sua forma de intervenção na economia (abertura e desregulação de mercados em função da globalização), mas, paradoxalmente, potencializou o processo de monopolização do capital, aumentou o déficit público e a especulação financeira. Ao contrário da afirmação da visão liberal, o que estrutura o capitalismo é uma mobilização cada vez maior do Estado no processo econômico.

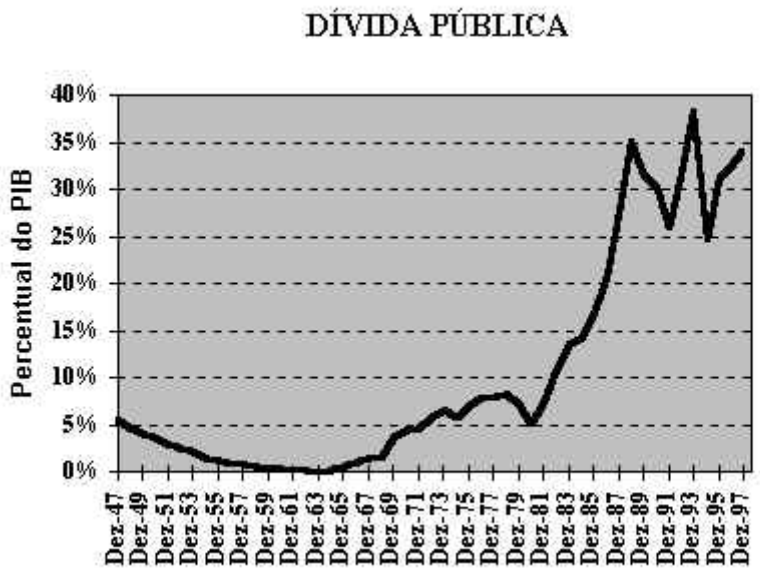
É no momento de crise do consenso keynesiano, sobretudo dos países hegemônicos, que se cria um ciclo neoliberal. O neoliberalismo é uma saída conservadora. A nova doutrina econômica recrudesce os defeitos estruturais do capitalismo, como expansão/acumulação. Após a experiência chilena, EUA e Grã-Bretanha adotam o modelo sob as administrações de Ronald Reagan e Margareth Tatcher, nos anos de 1981 e 1979, respectivamente. Desregulação de mercados, privatizações, aumento de competitividade internacional, diminuição de impostos para as camadas mais ricas da sociedade e cortes em gastos públicos sintetizavam um novo momento. Sobre a sobrevivência do mercado mundial, é importante observar as conexões entre o crash da bolsa de 1987 nos EUA, efeito de uma grave recessão, o Plano Brady, e o Consenso de Washington, que seriam instrumentos de manutenção da ordem econômica vigente. Política e economia numa relação dialética em prol de uma hegemonia dos países centrais, tutelada sob uma nova forma de dominação.

A crise da dívida externa na periferia provocou uma grave recessão na década de 1980. Seu efeito deletério seria a desvalorização das moedas locais, assim reduzindo a capacidade de pagamento (SANTOS, 2002, p. 40). A moratória de países como Brasil e México são exemplos mais notórios. Com adoção do Plano Brady, havia a permissão do estímulo do Banco Mundial e o FMI de oferecerem garantias aos novos títulos com desconto que seriam emitidos pelos países altamente endividados. Contudo, o perfil dos empréstimos seria diverso de períodos anteriores, além de uma sensível diminuição de volume. Em seu discurso na Brookings Institution, o secretário Nicholas Brady insistiu que a securitização deveria ser feita no mercado, de forma voluntária, mas lembrou que as negociações deverão ser realizadas segundo parâmetros estabelecidos por essas duas instituições internacionais. Elas deveriam usar recursos próprios, mas poderia haver a adesão de instituições de outros credores. Acentuou que a redução da dívida só seria assegurada a quem se conformasse às condicionalidades estabelecidas pelas duas

instituições, entre as quais salientou as reformas estruturais (VÁSQUEZ, 1996, p. 234). Tratava-se da renegociação da dívida externa em moldes neoliberais.

A dívida externa não é debatida de forma direta no *Consenso de Washington*, esse foi o papel do Plano Brady. Nele a discussão registra a direcionamento de um modelo macroeconômico para cumprimento de acordos de pagamento da dívida, que residia, especialmente, na estabilização da economia. As reformas estruturais deveriam atender à onda conservadora, travestida de liberalização, desregulação e expansão do consumo. Assim, podemos depreender que a estratégia objetiva a inserção das nações periféricas neste novo modelo de acumulação de capital, no qual a lógica está no processo de globalização. Com efeito, a sociedade, as orientações ideológicas e a ordem política de diferentes países foram impactadas por esse novo arranjo econômico, que se aprofunda na década de 1990 (DINIZ, 2007, p.21). O traço distintivo política econômica adotada nos países da periferia na década de 1990 seria a valorização de suas moedas (SANTOS, 2002, p.40). Houve a estabilização econômica, contudo a sobrevalorização da moeda no caso brasileiro, produziu o aumento da dívida pública interna e externa. O gráfico 1 abaixo sintetiza sua escalada.

Gráfico 1 - Dívida Pública



FONTE: Revista economia e energia

A década de 1980 fica em evidência com a ascensão exponencial da dívida brasileira em relação ao PIB. O alto nível inflacionário e a desvalorização da moeda são as características mais marcantes. A crise da bolsa de 1987 demarca o ponto mais alto da dívida num intervalo de quarenta anos. A manutenção de um patamar alto de dívida, embora controlado, entre 25% e 40%, reduziu a capacidade de investimento do Estado. Nesse ponto, entra a importância do Plano Brady e o Consenso de Washington. A saída neoconservadora engendrou um processo de dependência em molde distinto do aplicado anteriormente, elevada dívida pública, resultante do processo de securitização; controle rígido dos déficits públicos pelo Banco Mundial e FMI; eoligopolização do capital por meio da globalização.

Um modelo de transição para o Brasil

As discussões sobre a transição do Brasil para a nova ordem mundial coincidiram com o fim da ditadura militar, e início do governo civil de José Sarney em 1985. Embora fosse composto por uma coalizão de diferentes matizes ideológicos, liberais, antiliberais, nacionalistas e internacionalistas, era hegemônica a ideia de crescimento econômico e combate à pobreza e à desigualdade social. Para tal, a agenda pública tinha como objetivos o resgate da dívida social, o combate à inflação e a instauração de uma ordem democrática (DINIZ, 2000, p.78). O desmonte do Estado desenvolvimentista não era consensual dentro governo. Lideranças empresariais expressivas, que no regime autoritário haviam integrado numa coalizão antiestadista, ainda em 1978 (DREIFUSS, 1989, p. 41), na Nova República tiveram um papel mais ativo no campo político. A formação da União Brasileira de Empresários (UBE), criada especificamente para defender os interesses do empresariado na Constituinte, desenvolveu a ideia de refluxo do Estado e do fortalecimento do mercado, ao mesmo tempo tentaram impedir a aprovação de dispositivos constitucionais relacionados a direitos trabalhistas e sociais. A nova agenda empresarial era controvertida do ponto de vista da liberalização comercial. Havia resistência de alguns setores, que era reforçada pela própria fragmentação representativa dos grupos empresariais (DINIZ, 2000, p.80). No Brasil, o empresariado não foi capaz de organizar-se em entidades de 4º grau, que conseguisse abarcar múltiplos interesses, dirimindo conflitos intersetoriais. Segundo Eli Diniz o empresariado nacional,

> ...revelou, ao longo de diferentes fases de industrialização substitutiva de importações, grande dificuldade para formular plataformas de maior amplitude capazes de transcender seus interesses específicos. Configurou-se como um ator político destituído de percepção de longo alcance e de visão de conjunto...

Na esteira da lógica organizativa fragmentada, uma parcela extremamente influente do empresariado nacional, como a Federação das Indústrias dos Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, se organiza a partir de projetos econômicos voltados para sua região. Especificidades locais, como um grande número de empresas transnacionais, estatais e de capital associado, formando o segundo maior parque industrial do país (embora complementar ao de São Paulo); a presença de bancos de investimento com conexões internacionais; cinco universidades públicas de excelência na região metropolitana; e a pujança de petróleo da bacia de Campos[2] são elementos que constituem uma rede de interesses locais em diálogo com o capital internacional e estatal. Diminuição do papel do Estado na economia, pagamento de dívida externa e liberalização de mercados seriam as variáveis da questão do desenvolvimento econômico local. A coerência estruturada (HARVEY, 2005, p.150) dependia da articulação entre governo, empresários e grande capital.

A suspensão do pagamento da dívida externa brasileira, em fevereiro de 1987, causou uma reação negativa em países, bancos credores e no FMI. Temia-se que a decisão do Brasil, o maior devedor do mundo entre os países em desenvolvimento (US$ 107 bilhões), fosse copiada por outros países devedores, como México, Argentina e Venezuela, que, juntos, somavam débitos de US$ 285 bilhões. A decisão foi defendida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Em janeiro de 1987, o saldo da balança foi de US$ 129 milhões, o pior desde 1983. Desse modo, não havia como fazer frente ao pagamento dos juros - que tinham consumido US$ 55,8 bilhões em cinco anos. Com salários e empregos em queda e inflação em alta, a tensão só terminou em novembro de 1987, quando se chegou a um acordo para a retomada do pagamento. O Brasil pagou US$ 1,1 bilhão de dólares e recebeu dos bancos credores um empréstimo-ponte (de curto prazo) no valor de US$ 3 bilhões (O GLOBO, 20/02/1987, p.17).

Representantes do empresariado, como Amaury Temporal, presidente da ACRJ, receberam negativamente a moratória. O empresário argumentou que o cenário

[2] A produção de petróleo no Brasil começou a ganhar escala na década de 1980, com a descoberta das reservas na Bacia de Campos. Naquela década, a produção passou de cerca de 200 mil barris/dia para mais de 500 mil barris/dia. Não é coincidência que o maior projeto de desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, a construção do Pólo Petroquímico, é gestado nesse período e perseguido até a década de 1990.

internacional e a falta de definição de uma política econômica do governo provocavam a retração de investimentos da iniciativa privada (ACRJ, n º1229, p.15). Ocorre que sua fala traduz o discurso antiestadista de uma parcela do empresariado. O então ministro da Fazenda, Dilson Funaro encarnava uma visão anticíclica, ou seja, voltada para o gasto público, com objetivo de evitar o aprofundamento da recessão. O período em discussão é de um realinhamento entre frações das classes dominantes no Brasil, de pressão para transição para um novo padrão de acumulação de capital premido pelo sistema financeiro internacional. Em outras palavras, não havia consenso sobre o sacrifício do modelo de crescimento interno em função de um ajuste externo.

O governo Sarney adotou como uma das suas principais ações de crescimento econômico a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)[3], que no ano de 1987 contaria mais 1,5 vezes o montante de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Junto à suspensão do pagamento de juros da dívida externa, essa ação governamental encerrava importantes instrumentos de combate à recessão segundo o presidente da FIRJAN, Arthur João Donato. O empresário ressaltara que o ano de 1986 foi benéfico, face às circunstâncias especiais do Plano Cruzado. Embora existissem fatores limitativos para o setor produtivo, com a alta taxa de juros, restrições a importações e a contenção da demanda, o industrial afiançava perspectivas para o setor industrial afirmando que não seriam tão negativas (ACRJ, 1987, MARÇO, p.7).

A previsão de investimentos do BNDES para o ano de 1987 priorizava a grande indústria em detrimento do médio e pequeno empresário. Segundo sua projeção para o período de 1987/1992, eram considerados como prioritários os setores de química e petroquímica; papel e celulose; fertilizantes; siderurgia e transportes. Para Márcio Fortes, presidente da instituição, 1987 seria o ano de consolidação do processo de crescimento econômico deflagrado pelo Plano Cruzado. Na mesma linha, o vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva[4], criticava o FMI argumentando que suas políticas são sempre contracionistas, pois seu receituário sempre

[3]O patrimônio inicial do Fundo era constituído por ações de empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, de propriedade de entidades da Administração Federal. (DECRETO LEI 2228/1986). O Fundo captava recursos no mercado internacional por meio de emissão de títulos de empresas públicas da administração federal.

[4] Doutor (PhD) em Economia pela Universidade de Chicago (1972). Foi Vice-Chairman do Banco ABC-ROMA S/A entre 1991-1998. O banco iniciou suas atividades em 1989, através de uma joint-venture do Arab Banking Corporation e do Grupo Roberto Marinho, da qual originou o Banco ABC Roma S.A., atuando em crédito corporativo e tesouraria.

-

pressupõe a redução drástica do déficit público e aumento de saldos comerciais, os quais só ocorrem mediante cortes de demanda interna (ACRJ, 1987, MARÇO, p. 12). Em nosso entendimento havia uma clara disposição do governo na manutenção de uma agenda desenvolvimentista, ainda que na composição do governo estivessem tecnocratas com uma formação mais próxima da voga neoliberal.

Havia o contraponto do sistema financeiro no contexto. A defesa da internacionalização das bolsas é uma das bandeiras desse grupo, que embora ainda não tivesse alinhado sobre a velocidade a ser dada nas mudanças, fazia coro para ampliação de investimentos estrangeiros via mercado de capitais. Consoante o presidente da Bolsa do Rio de Janeiro, em 1987, Sérgio Barcellos, pelo menos 50 bancos, dentre os 700 do Brasil, desejavam converter seu serviço de débitos em investimentos de risco por causa da pressão de seus acionistas. Barcellos aventava que a preferência mundial recaía sobre ativos financeiros em detrimento do investimentos imóveis e metais. Exemplificando, afirmava que, em 1986, as empresas captaram US$ 1,5 bilhão no mercado de capitais (ACRJ, 1987 MARÇO, p. 13).

A defesa da expansão do capital de natureza especulativa, ou seja, por meio de papeis, capital de curto prazo, num cenário de crise econômica internacional fica em evidência quando houve o incentivo na aprovação de Fundo Brasil[5]. Segundo a proposição de Barcellos, a atração de capital ocorreria com maior facilidade, pois as cotações baixas das ações permitiriam um retorno mais rápido aos estrangeiros (ACRJ, 1987 MARÇO, p. 13). A desvalorização da moeda provocada, essencialmente, pela crise da dívida externa, criou condições para esse cenário inicial de defesa do capital especulativo. As moedas nacionais ficaram mais vulneráveis com o sistema do dólar-flexível, por conseguinte, os ativos financeiros de países periféricos também.

Do ponto de vista do presidente do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, Getúlio Arrigo, o capital dificilmente seria investido no setor produtivo, pois havia uma alta rentabilidade no mercado financeiro. Nesse sentido apontava para a necessidade da formação de poupança interna que assegurasse uma boa remuneração aos investidores. Na mesma linha, o presidente da Associação do Banco Nacional de

[5] O Fundo, constituído em 1988, foi o primeiro fundo americano autorizado a investir em títulos brasileiros. A partir de sua oferta inicial de US $ 139,5 milhões, o Fundo cresceu para US $ 1,1 bilhão em ativos líquidos em 30 de abril de 2006. Os retornos anuais médios do Fundo foram de 20,10% com base no preço de mercado e de 19,25% Encerrado em 30 de abril de 2006, em comparação com o retorno médio anual de 14,01% para a Bovespa nesse período.
O Brasil Fund, Inc. é uma empresa de investimento não diversificada e fechada. O Fundo busca a apreciação do capital a longo prazo investindo principalmente em títulos de capital de emissores brasileiros. Suas ações estão listadas na Bolsa de Valores de Nova York sob o símbolo "BZF".

Investimentos, Cristiano Buarque Franco Neto, que, em sua concepção, observava que o crescimento via consumo deveria dar lugar ao investimento. Enquanto Theophilo de Azeredo Santos, presidente da Câmara Internacional de Comércio e do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro encetava sua crítica à poupança pública negativa num contexto de aumento de demanda líquida por recursos (provavelmente se remetendo à luta por direitos sociais na Assembleia Constituinte, formada em fevereiro de 1987), afirmando que o setor privado estava gerando poupança líquida no mundo todo (ACRJ, 1987 MARÇO, p. 14).

As questões inerentes à atração de capital por meio de poupança externa e a eminente formação de poupança interna, ambas presentes nas falas de pessoas ligadas ao sistema financeiro, são conexas é revelam contradições entre interesses de capitalistas brasileiros e estrangeiros. O primeiro ponto que deve ser ressaltado é a quantidade de bancos interessadas em converter seus serviços de débito em investimentos de risco, menos de 10% do total de bancos presentes no Brasil. Não dispomos de dados que revelam quais seriam essas instituições, contudo, pressupomos que fossem aquelas com maior aporte de capitais. Só bancos com grande volume de capital suportam crises financeiras e riscos inerentes a investimento de capitais de curto prazo. Sendo assim, observamos que o primeiro movimento do capital internacional é o de destruição de capitais (HARVEY, 2013, p.279) menos potentes alocados no Brasil. Podemos agregar à defesa do grande capital internacional as manifestações da mídia internacional:"Sarney e Funaro dão toda a impressão de que o Brasil não tem governo" (The Economist); "O Brasil sucumbe ao populismo" (título do editorial do jornal britânico Financial Times); (ACRJ, 1987, MARÇO, p. 15)

O segundo ponto que destacamos é a necessidade de formação de poupança interna. Ela é composta pelo fluxo de renda no âmbito nacional, gastos com serviços e bens associado a investimentos. A proposta defendida era a redução do consumo, o que alargaria o espaço para investimentos. Numa análise mais detida, significa aumentar o fluxo de deslocamento de capital para o investimento. O pano de fundo era transferir capital para os detentores de meio de produção, principalmente, revelando um caráter endógeno, de interesses da burguesia interna. A crítica à falta de poupança do governo é complementar à questão da redução do consumo. O antiestadismo, na verdade era um movimento de limitação de transferência de renda do Estado para camadas inferiores (POULANTZAS, 1978, p.15). Num cenário de escassez de capitais, o objetivo central

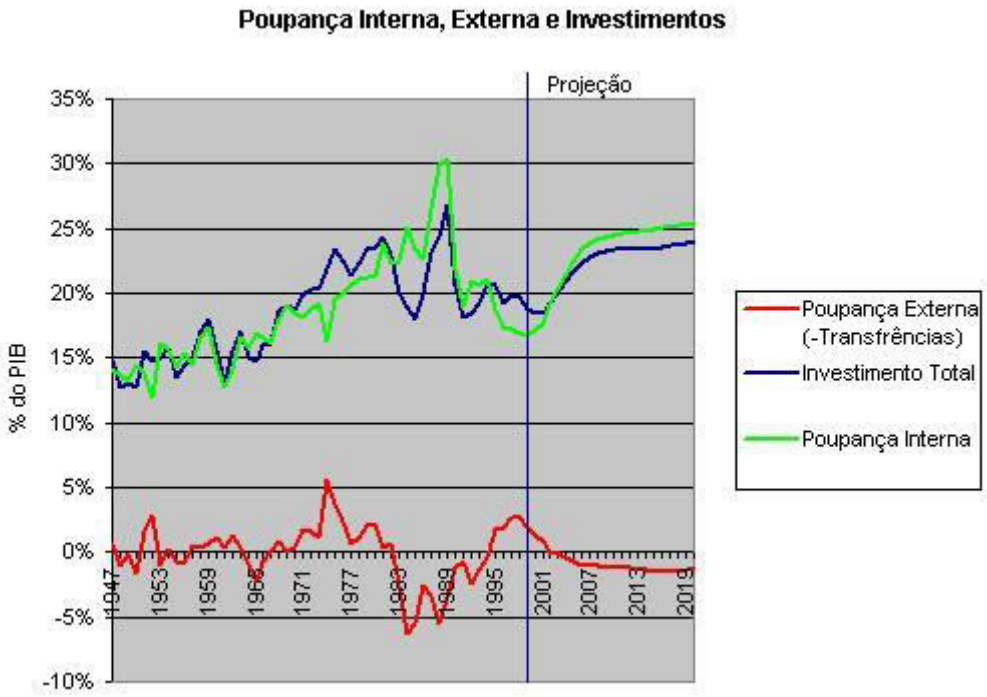
era convergir o gasto público para a formação de poupança, sem perder de vista a necessidade de ajustes num segundo momento.

Os gráficos a seguir revelam que a opção pela formação da poupança interna seguiu uma trajetória ascendente praticamente durante todo o governo Sarney. Podemos afirmar com clareza que a agenda pública seguiu um modelo com produção de déficit público, estabelecendo um movimento anticíclico, num prisma de defesa endógeno de capitais. Trata-se de entender o Estado como defensor da economia nacional (MARX, 2013, p. 174).

A transição de padrão de acumulação de capital foi matizada. É óbvio que não havia consenso entre as diferentes frações do capital sobre a temática da transição, mas, se entendemos as ações do governo do ponto de vista estrutural, percebemos a intenção da manutenção do status quo ao limite. A poupança externa sobe nesse período, contudo a maior participação no PIB (que também atravessa o período numa trajetória de avanço) é relativa à poupança interna.

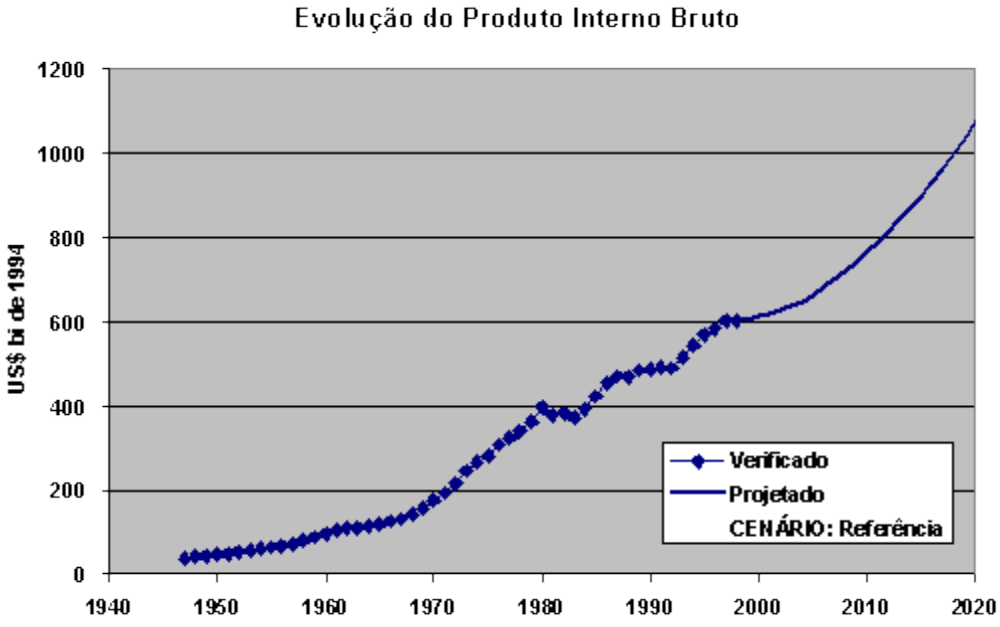
A "ação corretiva" num momento de crise econômica traduz a ação precípua do Estado moderno, assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. Seu papel é exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado (MESZAROS, 2002, p.107). Em oposição à afirmação das escolas econômicas voltadas à política burguesa, que defendem a tese de que as crises econômicas advém de erro de diagnóstico, má administração ou falta de eficiência, dentre outros argumentos economicistas, entendemos que a crise é desdobramento do enfraquecimento da economia nacional em relação ao sistema global que, por conseguinte, gera um índice maior de exploração da força de trabalho sob seu controle. A diminuição do poder de consumo da massa trabalhadora e a redução do nível de emprego com aumento da poupança interna são indicadores desse processo mais intensivo de exploração. Umbilicalmente, estão ligados os interesses de frações da classe dominante nacional às ações do Estado. Sociedade civil e classe política determinam a ação do Estado exercendo a hegemonia no interior de uma constelação mais ampla de forças sociais e políticas, ou "bloco histórico" (GILL e LAW, 2007, p. 158).

Gráfico 2 - Poupança Interna, Externa e Investimentos



FONTE: Revista economia e energia

Gráfico 3 - Evolução do Produto Interno Bruto



FONTE: Revista economia e energia

A agenda neoliberal de crescimento econômico

As discussões sobre a dívida externa estão presentes no âmbito empresarial. Sob efeito da moratória de 1987, banqueiros internacionais se mobilizaram na criação de saídas para o endividamento externo de países da periferia. O volume da dívida chegava a US$ 1 trilhão, sendo US$ 250 bilhões contraídos junto a bancos privados, no binômio dos anos de 1986/1987.

James Robinson, presidente da American Express entre os anos de 1977 e 1993, ganhou notoriedade nos círculos financeiros internacionais pela formulação de uma proposta que vincularia o pagamento da dívida à retomada do crescimento. Divergindo de instituições como FMI e Banco Mundial, propunha uma política de cobrança da dívida sem penalizar os países da periferia com uma recessão, que no seu entendimento eram muito mais punitivas, ao invés de preventivas. Para o chairman, a retomada do crescimento só seria possível com novos investimentos, que viriam por meio de novos recursos. A ideia central era criação de um Instituto Internacional da Dívida e Desenvolvimento, constituído por representantes dos países credores, do FMI e Banco Mundial, entidades de crédito privadas e dos países devedores atuando em regime de colegiado. O montante da dívida US$ 250 bilhões junto aos bancos privados seria comprada pelo Instituto por 60 % de seu valor (ACRJ,1241, 1988, p. 11). Essa compra se transformaria em títulos a serem garantidos pelos bancos centrais dos países devedores.

No Brasil, a proposta de James Robinson ecoou positivamente na ACRJ. O membro do seu Conselho Empresarial de Assuntos Internacionais, Genival de Almeida Santos, entendeu a proposta como realista, afirmando que qualquer outro tipo de negociação não poderia sair muito dessa linha. Pedro Leitão de Cunha, do Conselho de Mercado Financeiro e de Capitais, e presidente do Montrealbank, enfatizou a conveniência de mecanismos alternativos de conversão da dívida. Contudo, na reportagem de seu veículo de comunicação, Revista da Associação Comercial, ressaltava-se que alguns analistas (sem citar nomes) avaliavam que a proposta de Robinson só serviria para perpetuar a situação mais do que crônica, e que a criação de um Instituto só seria um novo modelo burocrático (ACRJ,1241, 1988, p. 11).

A proposta de James Robinson não prosperou. O sistema do capital se articula e consolida como estrutura de comando singular (MESZAROS, 2002, p. 98). O núcleo orgânico do capital é composto por países centrais que fazem a interface entre político e

economia. Por meio desse prisma, o Estado tem o papel de corrigir as contradições, os conflitos engendrados pelo próprio sistema. O caso da dívida com bancos privados é notório, no que tange ao embate entre interesses econômicos e políticos. A hegemonia do capital financeiro tende a enfraquecer o Estado, mas precisa dele para manter uma relação social de dominação (neste caso, internacional), eis a contradição. Deixar os Estados credores em segundo plano no recebimento de dividendos da dívida externa aumentaria a vulnerabilidade estatal, podendo colapsar o sistema. Só no contexto do Plano Brady e do Consenso de Washington, acordos costurados no campo político e econômico, seria possível avançar,com mais vigor, o capital financeiro na periferia, sobretudo no Brasil.

Julgando oportuno vascularizar a proposição de um novo modo de padrão de acumulação de capital, a ACRJ realizou um estudo, coordenado pelo seu diretor, à época, Carlos Geraldo Langoni,[6]. Sua exposição versava sobre a conversão da dívida externa em capital de risco. Alegando que seu objetivo iria além de questões conjunturais, sua argumentação partia do pressuposto da existência de duas idades, a "idade do endividamento", entendida como compulsória, e a "idade do capital", para qual estávamos caminhando. A transição seria bem sucedida em caso de flexibilidade institucional (moldura político-social e instrumentos econômicos) (ACRJ, 1989, p. 17). Em outras palavras, deveria haver o esvaziamento da política na economia com o aumento da tecnocracia. A intervenção técnica em questões de cunho econômico seria capaz de fazer a transição para esse novo modelo. Cabe destacar que a separação da política da economia foi proposta inicialmente por Hayek na construção da ideologia neoliberal. É evidente a defesa de um novo tipo de conservadorismo do sistema com o adensamento das relações de sociais de dominação por meio de um discurso legitimador travestido de isenção ideológica.

A conjuntura, segundo Langoni, revelava dificuldades de negociação. O Plano Brady foi utilizado como exemplo. Ressaltando a decisão do JP Morgan em elevar suas reservas a 100%, o estudo procurava delinear um raciocínio de que os bancos privados estavam se afastando dos países endividados em virtude de questões institucionais, ou seja, o grau de flexibilização, garantia de retorno, seria a chave para entrada de investimentos. Nesse sentido, a iniciativa privada indicava financiamentos de curto

[6]PhD em economia pela Universidade de Chicago(1970). Sua formação acadêmica expõe sua proximidade com o ideário neoliberal. A universidade foi uma das maiores difusoras do neoliberalismo nos de 1970. Milton Friedman foi seu maior expoente

prazo, deixando os de longo com organismos multilaterais. A tendência mundial na idade do capital seria essa, o movimento do capital se dando em menor escala de tempo. Sua fluidez avolumou-se por causa dos grande processo de transformação tecnológica iniciado na década de 1970 no Japão.

Novos métodos gerenciais, desregulação de mercados, abertura econômica e baixa intervenção do Estado na economia são elementos fundamentais desse novo tipo de sociedade. Esse cenário reduziria a transferência líquida de capital ao exterior, induzindo a entrada de capital de risco e, concomitantemente, reabilitando o investimento direto estrangeiro. Nota-se que o estudo é balizado em interesses do grande do capital, posto que o investimento de dependeria de empresas transnacionais e de fundos de investimentos, em geral formado por grandes bancos. O capital monopolista incentivado pelos países centrais avançaria sobre a periferia sem amarras no processo de globalização. A década de 1990 demonstraria objetivamente esse processo de desnacionalização da economia.

O esvaziamento do papel político do Estado é fundamental nessa transição de padrão de acumulação de capital. No estudo, a crítica à centralização do papel de captação e alocação de recursos pelo Estado serve a esse propósito. Endividamento e estatização são entendidos como faces da mesma moeda. A crítica ao tamanho do Estado, sendo ele a razão do processo inflacionário, e sua ineficiência para a promoção de bens públicos para a atividade empresarial também serviu à alegação da necessidade de diminuição do déficit público (ACRJ, 1989, p. 18). É gritante a contradição sobre o papel do Estado em relação aos anseios de frações das classes dominantes. Em primeiro lugar, porque a crise da dívida foi gerada por uma questão política internacional, com o aumento dos juros dos títulos da dívida americana. Em segundo lugar, foi a manutenção de uma agenda desenvolvimentista, na década de 1980, que gerou poupança interna, propiciando condições mais seguras de transição para o neoliberalismo para uma parcela do empresariado, principalmente à ligada à produção. Por último, o alto índice de inflação, que vem acompanhado da desvalorização da moeda, é desdobramento da crise de 1982, esse foi o principal instrumento de desvalorização de ativos na economia nacional, assim fomentando o interesse de fundos de investimento em aquisições de empresas, sobretudo as estatais.

A defesa da conversão da dívida externa em capital de risco como solução para economia nacional, não passava de uma criação falaciosa que vislumbrava a imposição de uma nova ordem do capital. O estabelecimento de uma nova lógica econômica

deveria advir por meio da extrapolação de interesses coletivos, superando o círculo corporativo, sendo estritamente política, num plano universal, no qual a hegemonia de um grupo social se sobreporia a uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2000, p. 41) entre as classes mais abastadas. No plano internacional, a hegemonia do capital financeiro trazida a reboque pela ação da política externa norte-americana, engendraria um novo tipo de conservadorismo, de características monopólicas. A globalização seria seu símbolo. Sob a tutela de um discurso de modernização, eminentemente "técnico", o neoconservadorismo esvaziaria a faceta política do Estado. No Brasil, isso ficaria cada vez mais evidente ao longo da década de 1990 com os céleres programas de privatizações.

Como citado no estudo de Langoni, presidente da Projeta Consultoria Financeira SC Ltda (1989-1997), empresa associada ao grupo NM Rothschild que atuava(e ainda atua) nas áreas de assessoria estratégica, privatizações e cenários macroeconômicos, os estrangeiros tinham interesse na privatização em áreas de energia, transportes e comunicações (ACRJ, 1989, p. 18). Todas ocorreram em larga medida no país.

Nossa hipótese é de que o crescimento da liquidez internacional é produto da própria crise do capital, iniciada na década de 1970 com a crise do petróleo. O padrão dólar-flexível foi a fuga para frente dos EUA nessa conjuntura (FIORI, 2007, p. 86). A produção de déficits constantes na balança comercial dos EUA teve como desdobramento a exponencial catalisação de capital no mercado internacional em 1979, a qual foi dada pelo aumento da taxa de juros dos títulos da dívida americana. Se entendermos o crédito como trabalho a ser conferido num momento futuro (FARIA, 1988, p. 91), e que ele é valor, conseguimos desnudar as altas taxas de exploração em função da dívida. O que queremos dizer é que a dívida americana é exportada para a periferia, obrigando-a aumentar o nível de trabalho socialmente necessário (MARX, 2013, p. 162). São nos países periféricos que o crédito se transformará em valor. Sendo assim, ocorre a extração de mais valor transferindo o capital produzido por estes Estados da periferia ao núcleo orgânico do capitalismo, num movimento de conservação do sistema que estabelece conexões hierárquicas entre centro e periferia.

Desse ponto de vista, existe uma distinção do modus operandi do capital na periferia, configurando um duplo padrão de inserção (CARNEIRO, 2007, p. 2). No leste asiático, a extração de mais valor ocorre via rápida industrialização e inovação, sustentadas por um exército de mão de obra barata e disciplinada, além de uma participação ativa do Estado na economia, tanto no planejamento, quanto na produção e

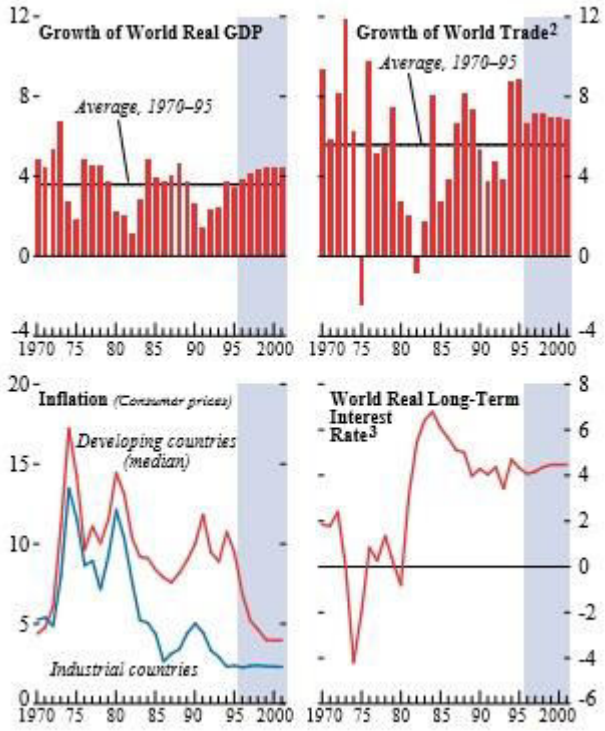
prestação de serviços. Nesse espaço geográfico, o grande capital se manifesta predominantemente na figura de empresas transnacionais (não excluindo outras). Na América Latina, o capital se afigura, principalmente, mas não exclusivamente, no mercado de capitais, ou seja, na forma de capital de risco a partir da década de 1990, da maneira como defendia Langoni em seu estudo, produzido em 1989. Na periferia do ocidente, a estratégia seria inversa no que tange ao papel do Estado. Reduzir sua participação na economia, esvaziá-lo de seu conteúdo político, essencial na dinâmica econômica, seria o principal objetivo do Grande Capital e de seus sócios no âmbito interno nos países latino-americanos, incluindo o Brasil. Uma boa parcela da extração de capital para o centro se daria com o avanço das privatizações nas áreas de comunicações, energia e transportes, todas concentradas na mão do Estado.

Considerações Finais

Ao longo do texto afirmamos que o neoliberalismo foi um instrumento de cunho ideológico, conservador de um sistema em crise a partir da década de 1970. Nosso argumento se sustenta, sobretudo, em dados do FMI sobre o crescimento da economia mundial, nível de inflação, crescimento do comércio e no rendimento médio de títulos da dívida pública dos países centrais. A análise pormenorizada do gráfico 4, demonstra um nível baixo, e estável, de crescimento mundial, além do declínio e estabilização do nível inflação entre 1970 e 1995. Isso significa que o desequilíbrio entre valor e preço no mundo foi sendo equacionado ao longo de vinte e cinco anos. A dívida externa brasileira, nessa conjuntura, foi elemento de barganha para subjugar o Estado a uma nova ordem conservadora, na medida em que as negociações obrigavam a reduzir o nível de inflação, assim reduzindo seu próprio índice de crescimento econômico.

A média ponderada dos rendimentos da dívida pública de países pertencentes ao núcleo orgânico do capital (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá) denota um espaço temporal de declínio (crise do petróleo) e outro de expansão no final da década de 1970 com o aumento da taxa de juros americana. Desta maneira, evidenciando uma nova forma de controle do sistema capitalista, a expansão da dívida pública em função da emissão de títulos no mercado. Essa foi a maneira de manter o fluxo de capital na tutela dos países centrais.

Gráfico 4 -



FONTE: World economic outlook (International Monetary Fund). ISSN 0256-6877. ANO 1996

Fontes Primárias

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL (Anos de 1987, 1988 e 1989)

Jornal *O Globo* (Ano de 1987)

World economic outlook (International Monetary Fund). ISSN 0256-6877. ANO 1996

Referências Bibliográficas

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Finança global e ciclos de expansão*. In: Estados e moedas no desenvolvimento das nações (organização: José Luís Fiori). Petrópolis: Vozes, 2012.

CARNEIRO, Ricardo. *Globalização e integração periférica*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, nº 126, 2007.

DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DINIZ. Eli. *O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados.* In: Globalização, estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita na nova República*. Rio de Janeiro, Vozes. 1989.

FARIA, Luiz Augusto. *Moeda e inflação numa visão marxista contemporânea*. Porto Alegre: Ensaios FEE Nº 9, 1988.

FIORI. José Luís. *A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul.* Rio de janeiro: Revista Oikos, nº 8, ano VI, 2007.

GILL, Stephen; LAW, David. *Hegemonia global e o poder estrutural do capital.* In: Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.* Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1994.

LOURENÇO NETO, Sydenham. *Muito além do petróleo: O fim de Bretton Woods e a crise dos anos 70*. Revista História e Luta de Classes. 2013. Nº 16.

MARX, Karl. *O capital. Livro I.* São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *Marx "filósofo"*. In: História do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital.* São Paulo: Boitempo, 2002.

POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje.* Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

SANTOS, Theotônio dos. *O Neo-Liberalismo como Doutrina Econômica*. Rio de Janeiro, texto para discussão, nº 32, 2002.

VÁSQUEZ, Ian. The Brady Planand Market-Based Solutionsto Debt Crises. *Cato Journal,* Vol. 16, nº 2, 1996.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.